

# Políticas linguísticas de manutenção e fortalecimento da língua khĩsêjtê

*Linguistic policies for maintenance and empowerment of khĩsêjtê language*

Gislaine Cristina da Silva<sup>1</sup>  
Universidade do Estado de Mato Grosso

Mônica Cidele da Cruz<sup>2</sup>  
Universidade do Estado de Mato Grosso

♦ **RESUMO:** O objetivo deste trabalho é descrever as políticas linguísticas desenvolvidas na comunidade Khĩsêjtê, especificamente na aldeia Khikatxi, com vistas à manutenção e fortalecimento da sua língua materna Khĩsêjtê. A pesquisa foi desenvolvida por meio de trabalhos de campo, assim foi possível documentar alguns aspectos relacionados à língua e ao aprendizado dela dentro do contexto escolar e cultural. Para desenvolver este estudo embasamo-nos em alguns referenciais teóricos como, por exemplo, Maher (1996, 2012, 2013), Calvet (2010), Spolsky (2004, 2005), Cooper (1989), Shohamy (2006, 2008). Além desses autores, também utilizamos documentos oficiais do Diretório dos Índios que foi promulgado por Marquês de Pombal (1957). Esses documentos exibem o caminho percorrido pelas políticas linguísticas no Brasil, considerando a Educação Escolar Indígena. Ainda consideramos importante a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), a LDBEN n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e BRASIL (1998), seguidas pela Resolução n. 3/99, que fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas no país. Sabemos que o campo da política e planejamento linguístico tem adotado, recentemente, uma perspectiva multidimensional sobre a noção de políticas linguísticas. Nessa perspectiva, a interferência de diferentes agentes no processo vem possibilitando a criação de implementação de políticas da língua (JOHSON, 2013). O processo de observação no período de vivência com o povo Khĩsêjtê, nos permitiu finalizar esta pesquisa destacando que a comunidade possui políticas linguísticas de manutenção e fortalecimento internas e não oficiais fortes, mesmo sem terem essa ciência do que são políticas linguísticas. Porém, se faz necessária a efetivação de estudos sobre a situação sociolinguística da comunidade para identificar quais são as fragilidades da língua. Em suma, evidenciamos que as políticas linguísticas se vinculam inteiramente ao fortalecimento das práticas culturais, com o envolvimento dos anciãos e lideranças, que contribuem para a valorização, fortalecimento e manutenção da língua Khĩsêjtê.

♦ **PALAVRAS-CHAVE:** Políticas linguísticas. Línguas indígenas. Língua Khĩsêjtê. Vitalidade.

<sup>1</sup>Mestra em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT). Graduada em Licenciatura em Letras – Português e Inglês - pela UNEMAT e em bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue pela União das Faculdades de Tangará da Serra (UNITAS). Doutoranda em Linguística pelo PPGL/UNEMAT. E-mail: gislaine.silva@unemat.br.

<sup>2</sup>Possui graduação em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1993), Mestrado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (2005) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2012). Atualmente é professora Adjunta do Departamento de Letras, campus universitário de Tangará da Serra, Coordenadora Pedagógica do curso de Licenciatura Intercultural- FAINDI, campus de Barra do Bugres, professora permanente do programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UNEMAT). E-mail: monicacruz@unemat.br.



♦ **ABSTRACT:** The aim of this work is to describe the linguistic policies developed in the Khîsêjtjê community, specifically in the Khikatxi village, with a view to maintaining and strengthening their native Khîsêjtjê language. The research was developed from fieldwork, in which it was possible to document some aspects related to the language and its learning within the school and cultural context. To develop this study we used some theoretical references such as: Maher (1996, 2012, 2013), Calvet (2010), Spolsky (2004, 2005), Cooper (1989), Shohamy (2006, 2008), among others. In addition to these authors, we also use official documents from the Directory of Indians that was promulgated by Marquês de Pombal (1957). These documents show the path taken by linguistic policies in Brazil, considering Indigenous School Education. We also consider the 1988 Constitution (BRASIL, 1988), LDBEN no. 9,394/1996 (BRASIL, 1996) and BRASIL (1998), followed by Resolution no. 3/99, which established the National Curriculum Guidelines for Indigenous Schools in the country. We know that the field of linguistic policy and planning has recently adopted a multidimensional perspective on the notion of language policies. In this perspective, the interference of different agents in the process has enabled the creation of language policy implementation (JOHSON, 2013). Given the observation process during the period of experience with the Khîsêjtjê people, it allows me to conclude this research by pointing out that the community has strong internal and unofficial Linguistic Policies for maintenance and strengthening, even without having this knowledge of what linguistic policies are. However, it is necessary to carry out studies on the sociolinguistic situation of the community, seeking to identify what are the weaknesses of the language. Therefore, we show that language policies are entirely linked to the strengthening of cultural practices, with the involvement of elders and leaders and thus registering and documenting so that this language does not disappear.

♦ **KEYWORDS:** Linguistic Policies. Indigenous Languages. Khîsêjtjê Language. Vitality.

## Introdução

Este artigo tem por objetivo explicitar os resultados da nossa pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT). No trabalho supracitado buscamos analisar e registrar quais estratégias/ações linguísticas que o povo Khîsêjtjê têm desenvolvido para contribuir para o fortalecimento e manutenção da sua língua materna em suas comunidades. Dessa forma, ressalte-se a importância de registrar quais as políticas linguísticas que já fazem parte do dia a dia desse povo, de modo a garantir a sobrevivência dessa língua.

Nossa pesquisa foi realizada na aldeia Khikatxi, a partir da coleta de dados em campo, as quais auxiliaram-nos no registro e na documentação das reais políticas linguísticas mais próximas da necessidade deste povo. É importante destacar que quando pontuamos o objetivo dessa pesquisa não contávamos com a pandemia da COVID-19, que assolou e ainda assola o planeta de forma drástica. Essa situação calamitosa interferiu diretamente no desenvolvimento da pesquisa de campo, considerando o fato de não conseguirmos receber todas as autorizações documentais dos órgãos governamentais envolvidos neste tipo de trabalho acadêmico com comunidades em áreas indígenas.

Como consequência, redirecionamos nossa pesquisa para um relato descritivo exploratório com uma análise documental. Isso foi possível em detrimento do fato de termos morado durante nove meses junto ao povo Khîsêjtjê na condição de professora na área da linguagem na Escola Estadual Indígena Central de Educação Básica Khîsêjtjê, localizada na aldeia Khikatxi — povo Khîsêjtjê —, no território indígena Wawi, anexo ao território indígena do Xingu, ao leste, na região de Querência – MT. A partir dessa oportunidade, foi possível aprender um pouco mais sobre o trabalho realizado no ensino

médio para alunos indígenas. É importante salientar que neste artigo não apresentamos o nosso relato de experiência propriamente dito, mas as nossas reflexões sobre as políticas linguísticas do povo Khîsêdjê.

A pesquisa foi baseada no contexto cultural, utilizando-se de instrumentos de análise que envolvem as ações e iniciativas dos diferentes atores sociais que orientam e condicionam as políticas de manutenção e fortalecimento da língua materna e o convívio com a língua portuguesa. A discussão de políticas de língua em comunidades indígenas pode e deve favorecer ações de decolonização dentro e fora da escola indígena.

Dessa forma, em termos científicos, todas as descrições das línguas podem trazer luzes para diferentes esferas dos estudos linguísticos, uma vez que apresentam novas estruturas para os modelos de análise mais recentes. Em termos comunitários, a pesquisa colabora com a valorização da língua Khîsêdjê, favorecendo na construção de um material importante para ações concretas de políticas linguísticas dentro e fora da escola.

A vista disso, com intuito de alcançarmos o objetivo proposto neste trabalho, estruturamos este artigo em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, apresentamos os povos indígenas de Mato Grosso e como se deu a formação da Terra Indígena do Xingu, trazendo também um apanhado do contexto histórico e social do povo Khîsêdjê; na segunda seção, discorreremos acerca das políticas públicas direcionadas à Educação Escolar Indígena, a partir da criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910 e da Constituição Federal de 1988; e, por último, apresentamos algumas noções sobre políticas e planejamentos linguísticos, com enfoque nas políticas linguísticas na comunidade indígena em estudo, apresentando a situação sociolinguística da aldeia mencionada, detalhando as realidades de usos da língua Khîsêdjê em suas esferas sociais de produção linguística e cultural.

### **Povos indígenas de mato grosso: quem são? e quantos são?**

Conforme o último censo do IBGE (2010), no Brasil vivem 305 etnias indígenas. Dessas, aproximadamente 43 povos estão no Estado de Mato Grosso, somando mais de 42 mil indígenas distribuídos em várias terras indígenas.

Os povos indígenas de Mato Grosso, de acordo com estatísticas, representam 5,2% do total da população brasileira. Já em nível estadual, os dados apontam que os indígenas representam 1,4% da população de Mato Grosso, atualmente com uma população de pouco mais de 3 milhões de habitantes.

Acerca da diversidade linguística, esses povos se caracterizam por uma grande similaridade no seu modo de vida e visão de mundo. Entretanto, cada um dos grupos faz questão de cultivar a sua própria identidade étnica.

Neste sentido, Cruz (2010) afirma que o Estado de Mato Grosso é considerado a segunda região brasileira a apresentar uma grande variedade de línguas indígenas; em primeiro vem o Estado do Amazonas. Desse modo, são faladas línguas dos quatro maiores agrupamentos genéticos da América do Sul: o tronco Tupi, o tronco Macro-Jê, a família Aruak e a família Karib, além das línguas consideradas isoladas: Trumai e Myky/Irantxe e a família Nambikwara.

A significativa diversidade linguística à primeira vista é animadora, contudo, na realidade, a vitalidade da maioria dessas línguas encontra-se seriamente abalada e algumas delas já podem ser consideradas extintas, visto que não são mais usadas como meio de comunicação pelos grupos que as falavam originalmente, sobrevivendo apenas na memória de seus últimos falantes ou ‘lembrantes’ já de idade bastante avançada.

## Território Indígena do Xingu

O Território Indígena do Xingu (doravante TIX) encontra-se na região Central do Brasil, sua localização é praticamente no centro geográfico brasileiro, na região de transição dos biomas do Cerrado e Amazônia, integra de forma harmônica e original uma sociodiversidade a uma belíssima biodiversidade no Estado de Mato Grosso. Essa enorme mancha verde de floresta possui um clima intercalado entre uma estação chuvosa, de novembro a abril, quando os rios enchem e o peixe escasseia, e um período de seca nos meses restantes, época da tartaruga tracajá e das grandes cerimônias realizadas em várias aldeias.

O TIX está dividido em quatro regiões: Alto Xingu, Médio Xingu, Baixo Xingu e Leste Xingu, e foi criado em 1961, ocupando uma área de cerca de 2.642.003 hectares, com aproximadamente 5.500 pessoas que vivem em 77 aldeias no norte de Mato Grosso. São oito os municípios de Mato Grosso, sendo eles: Canarana, São José do Xingu, Gaúcha do Norte, Feliz Natal, Querência, União do Sul, Nova Ubiratã e Marcelândia.

O TIX é a primeira terra demarcada e oficializada pelo governo brasileiro, com um decreto oficial em 14 de abril de 1961, sob o Nº 50.455, assinado pelo ex-presidente da República Jânio Quadros. Essa imensa área verde significou a delimitação de um espaço incontestável de proteção para as etnias que lá viviam e para aquelas que viviam ameaçadas na sua circunvizinhança e que para lá foram levadas.

Mato Grosso, desde o século XIX, destacou-se como um ambiente de interesses econômicos do Estado brasileiro que inseriu políticas de ocupações com o objetivo de integração dos chamados “vazios demográficos”.

Com a Lei de Terras Nº 601 de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto Nº 1318 de 30 de janeiro de 1854, dispõe sobre as “terras devolutas”, que até então estavam sob a jurisdição federal, com a lei, passaram para a jurisdição estadual. A citada lei provocou a espoliação de centenas de áreas de aldeamentos indígenas sob a alegação de que sua população era apenas mestiça.

A relação com as populações indígenas do Xingu resultou em um drástico quadro de redução populacional devido às epidemias levadas pelos homens da expedição Roncador-Xingu e, também, devido ao deslocamento dos povos indígenas que eram levados pelos irmãos VillasBoas para dentro dos limites do Território.

A demarcação do mesmo “[...] deixou de fora uma parte significativa dos territórios tradicionais e seus respectivos recursos naturais, muito deles estratégicos para a reprodução física e cultural desses povos”. Neste período, aconteciam muitos conflitos entre etnias historicamente rivais, como é o caso do povo Khîsêtjê, que habitava a região circunvizinha ao território, a qual abrangia o rio Suiá-Miçu, e mantinham incursões guerreiras contra as etnias do Alto Xingu.

Outro fator de risco era a crescente entrada de seringueiros e garimpeiros para a região Amazônica, pois colocava em risco as populações indígenas que residiam na região do rio Xingu. Para rebaterem este processo de ocupação, os irmãos Villas-Boas começaram uma mobilização pela demarcação e reconhecimento das terras indígenas do TIX e para conquistar o território foi necessária uma grande luta diante do poder do governo. Sua criação se deu por meio de uma boa parceria entre os irmãos Villas-Boas e muitas lideranças indígenas como Raoni Kayapó, Kuisi Khîsêtjê e Aritana Yawalapiti.

A demarcação do território indígena foi idealizada, entre outros, pelo antropólogo Darcy Ribeiro, pelos irmãos Villas-Boas e por Marechal Rondon. Atualmente residem no TIX 16 etnias, são elas: Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamaiurá, Kawaiwete (Kayabi),

Khîsêtjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nafukuá, Naruvôtu, Tapayuna, Trumai, Waurá, Yawalapiti e Yudjá (Juruna).

Esse território continua como uma reserva para rearticulação dos povos que lá habitam e recebe diversos projetos com profissionais que apoiam a preservação ecológica, da saúde e da cultura indígena. O TIX, embora seja uma área demarcada e legalizada pelo Estado brasileiro, ainda enfrenta constante ameaça devido à expansão capitalista na região e tem sofrido alterações ambientais que refletem e implicam nas mudanças socioculturais das 16 etnias que nele existem.

A respeito de sua diversidade linguística, esse território se caracteriza por ter uma grande similaridade no seu modo de vida e visão de mundo. Os rituais alto-xinguanos são famosos e belíssimos.

O Kuarup, o ritual dos mortos, talvez o mais importante, é realizado ao longo de um ano inteiro, compreendendo trocas e oferendas complexas baseadas no sistema de parentesco. Outros povos são convidados para o encerramento do Kuarup, que dura vários dias. Há danças, cantos fúnebres, o grandioso final com troncos que representam os mortos e competições entre os povos, como a luta huka huka. É o choro pelos parentes que se vão e ao mesmo tempo um renascimento, uma cerimônia que evoca, a partir de troncos de madeira, a criação da humanidade.

Os indígenas do Alto Xingu, embora diferentes entre si, têm culturas e rituais semelhantes, fazem muitas trocas e têm bastante contato uns com os outros. As antigas guerras acabaram; persistem rivalidades e desconfianças, mas há muito comércio intertribal e casamentos mistos.

É importante destacar que cada povo xinguanos dispõe de um acervo milenar de conhecimentos característicos referentes à natureza e seus processos tecnológicos para transmiti-las a seu favor. Porém, no processo de marcação do TIX, foi deixado para fora uma parte muito importante e significativa dos territórios tradicionais e seus respectivos recursos naturais, muitos deles estratégicos para a reprodução física e cultural desses vários povos. E quem mais sofre com esses fatores são os grupos que foram transferidos de outras regiões para dentro do TIX, já que precisam se ajustar a essa nova realidade e condições ambientais.

O português é usado como língua de contato entre as diferentes etnias, sendo falado mais fluentemente pelos homens jovens e adultos. Ultimamente, o número de falantes do português vem aumentando e muitas mulheres jovens começam a falar e entender a língua.

## **O povo Khîsêtjê**

O nome Khîsêtjê significa “aquele que põe fogo no quintal”. A autodenominação faz menção à forma tradicional de construir aldeias circulares, por meio da queimada de uma área da floresta para fazer roças (ISA, 1998). Os Khîsêtjê eram tradicionalmente conhecidos pelo nome de Suyá, porém, na década de 1990, começaram a adotar o nome de Khîsêtjê, uma vez que afirmam ser esse o verdadeiro nome da etnia. Segundo os Khîsêtjê, o nome Suyá foi imposto a eles pelo branco, e eles não se reconheciam com esse nome e sim por Khîsêtjê.

Além dessa forma de construir aldeias, algumas das características que distinguem os Khîsêtjê de outros grupos da região são o canto Akia, estilo vocal caracterizado pelo uso do registro alto, o canto simultâneo de canções individuais e o alargamento do lábio inferior e lóbulos da orelha, práticas que foram abandonadas no contato com a cultura xinguanos, mas que ainda permanecem como marca de identidade e elementos simbólicos.



Anthony Seeger (1980) destaca como foi a chegada deste povo na região do Xingu:

Os Kisêdjê chegaram à região do Rio Xingu vindos do Leste na primeira metade do século passado. Habitaram, inicialmente, a região conhecida por Alto Xingu onde formaram aldeia e travaram conhecimento com os povos que já habitavam essa região. Depois disso, iniciaram deslocamento rio abaixo até estabeleceram-se na confluência dos rios Xingu e Suyá-Missu, na região hoje conhecida por Diauarum<sup>10</sup>. Nesta localidade tiveram o primeiro contato com um não-índio, Karl Von den Steinen (setembro de 1884), que observou que os Kisêdjê mantinham contatos frequentes com o pessoal do Alto Xingu, assimilando, inclusive, vários traços culturais altoxinguanos; formato das casas, ornamentos, padrões de ornamentação do corpo e outros (SEEGER, 1980, n.p.).

O povo Khîsêjtê fala a língua Khîsêjtê, classificada como pertencente ao tronco MacroJê, família linguística Jê (cf. ISA, 2021). Conforme o censo realizado pela própria comunidade, a população atual, em 2020, do povo Khîsêjtê é estimada em 675 pessoas, divididas em quatro aldeias, quais sejam: Khikatxi, Yarumã, Horehusikrô, Ngônsoke, que habitam a Terra Indígena Wawi, localizada a leste do TIX, no Estado de Mato Grosso.

Os Khîsêjtê, relembram de um passado muito distante que vieram da região do norte do Tocantins ou do Maranhão, e deste local se movimentaram em direção ao oeste. Sendo assim, atravessaram o rio Xingu, começando o seu deslocamento rio abaixo, onde se estabeleceram na confluência dos rios Xingu e Suyá-Miçu, na região hoje conhecida por Diauarum. Nesse local, tiveram o primeiro contato com o pesquisador alemão Karl Von Den Steinen (setembro de 1884), que observou que os Khîsêjtê mantinham contatos frequentes com outros indígenas pertencentes a outras etnias do Alto Xingu. Porém, não se tem um registro de uma data exata da chegada dos Khîsêjtê ao TIX.

Durante um longo período de contato com outras etnias do Alto Xingu, os Khîsêjtê adquiriram boa parte de sua tecnologia, sem abandonar a própria. Aprenderam com eles técnicas alto-xinguanas da preparação de mandioca, as mulheres Khîsêjtê, com o convívio com as mulheres Waurá, conheceram as técnicas de fazer as panelas de cerâmica, assim como, esteiras para o preparo de alimentos com a mandioca. Também começaram logo a usar outras técnicas e artefatos como ornamentação corporal, canoas para o transporte, estilo de moradia, traços linguísticos, cerimônias e rituais e uma grande parte da cultura alto-xinguanas. Entretanto, os Khîsêjtê nunca deixaram de caçar e de se alimentar de animais que os alto-xinguanos nunca comeram, cultivar milho e batata doce para uso cerimonial e a produzir artefatos do tipo Jê. Assim, a adoção seletiva de características do Alto Xingu foi bastante extensiva e proveitosa. (SEEGER, 1980).

Hoje, os Khîsêjtê mantêm suas tradições culturais por meio das danças, cantos, histórias, língua, caça, pescaria, dentre outras atividades tradicionais realizadas no dia a dia, assim como ações que corroboram para que a identidade seja fortalecida e valorizada. Continuam, desse modo, transmitindo os conhecimentos ancestrais aos jovens, para que aprendam e não esqueçam sua cultura.

No contexto sociolinguístico do povo Khîsêjtê, há variáveis de sexo e idade. As crianças de até cinco anos são monolíngues na língua materna, pois ainda não vão à escola e ficam em casa com a mãe, tias e avós. Porém, a partir dos seis anos de idade, começam a frequentar a escola e são alfabetizados na língua materna e não utilizam a língua portuguesa em sala de aula, pois os professores são todos Khîsêjtê.

No 4º ano do ensino fundamental, iniciam-se as aulas de língua portuguesa, porém, predomina o uso da língua materna nas demais disciplinas. Do 4º até o 8º ano, as aulas são desenvolvidas no sistema bilíngue. Já no ensino médio, os professores não são

indígenas, sendo assim, todas as aulas são em língua portuguesa, apenas a disciplina de Saberes Tradicionais é trabalhada na língua materna, com um professor indígena.

Os adolescentes são bilíngues, algumas mulheres adultas compreendem, mas não falam a língua portuguesa, algumas são monolíngues, e outras bilíngues ativas. Poucas mulheres saem raramente da aldeia, pois têm, como tarefa principal, os afazeres domésticos e a educação de seus filhos, o que justifica o quadro linguístico.

Já os homens todos são bilíngues, falantes do português e da língua Khîsêtjê. Por conta dos casamentos multiétnicos, que acontecem com muita frequência, principalmente, com etnias que vivem no TIX, algumas famílias utilizam a língua portuguesa para se comunicar na casa, porém, as crianças nascidas na comunidade só falam a língua Khîsêtjê.

Já no contexto cultural, o povo Khîsêtjê possui uma mitologia formada por uma série de episódios envolvendo seres humanos, diferentemente de algumas sociedades indígenas, tais como as do Alto Xingu, fundadas por um criador ou por um herói cultural. Iniciamos com uma versão do mito de origem do povo Khîsêtjê, que é narrado na aldeia pelos mais velhos para as crianças e aos visitantes. Por esse motivo, destacamos na íntegra, este relato do professor indígena Tempty Suiá, que está no livro de história Parque indígena do Xingu, de 1998, como forma de homenagear o povo Khîsêtjê.

O povo Khîsêtjê conserva ainda suas práticas culturais milenares, como a pesca tradicional, em que se utiliza uma espécie de flecha com uma ponta bem afiada feita de osso de onça e veado mateiro. Na atividade da pesca, utilizam também o timbó ou a linha. Segundo contam os mais velhos, antigamente o povo Khîsêtjê caçava somente com arco e flecha, essa tradição ainda existe, porém, vem sendo incorporada à caça por meio de arma de fogo, principalmente, espingarda.

O povo Khîsêtjê é muito trabalhador, fazem grandes roças que garantem uma alimentação bem tradicional para as famílias, plantam mandioca, batata doce, mamão, banana, melancia, abóbora, pimentas, pequi etc. Esse povo não abre mão de sua singularidade cultural, cujo principal emblema pode ser reconhecido num estilo particular de canto ritual, expressão máxima das individualidades e do modo de ser da sociedade Khîsêtjê. Até algumas décadas atrás, outro marco diferencial do grupo eram os grandes discos labiais e auriculares que, mais do que ornamentos, apontavam a importância do cantar e do ouvir para esse povo, entretanto, hoje em dia o ornamento labial não é mais utilizado.

Os Khîsêtjê cantam porque, por meio do canto, eles podem corrigir alguns tipos de ordem em seu mundo, e criar novos tipos de ordem nele. O canto é um modo efetivo de narrar as experiências das vidas individuais com as artes sociais. Numa sociedade em que todos fazem música, “fazer música” é também dançar, é interagir com o outro, é fazer política e é compartilhar algo sobre si mesmo (SEEGER, 1982). Ela significa também, compreender e saber. Tais atributos são os mais valorizados nessa sociedade atual. Eles acreditam que o ouvido seja o receptor e o depositário de códigos sociais, ao invés da mente ou do cérebro. Quando eles aprendem alguma coisa, mesmo algo visual, como um padrão de tecelagem, eles dizem: “está no meu ouvido”.

Os únicos instrumentos tradicionais são vários tipos de chocalhos, que podem permanecer segurados pelas mãos, ou amarrados nos joelhos, na cintura e em diferentes partes do corpo. Na comunidade, os homens possuem o poder político, eles têm grande autoridade na aldeia, são os líderes dirigentes de questões políticas e os especialistas em cerimônias. Os Khîsêtjê descrevem que as duas obrigações efetivas de um líder político são coordenar o esforço grupal e resolver disputa por meio da arte da fala.

## Políticas linguísticas e sua contribuição para os khîsêjtê

As Políticas linguísticas, surgem como uma ciência que colabora com a manutenção e fortalecimento das línguas em ricos. Devido as condições precárias em que se encontram as línguas indígenas necessitam de medidas urgentes para fortalecê-las

Para Crystal (1992, p. 310-311), a política linguística é:

(...) um campo de investigação relativamente recente em comparação com outras áreas dos Estudos da Linguagem. Conseqüentemente, não há um consenso em relação à terminologia específica da área. Enquanto alguns autores utilizam as expressões — Planejamento Linguístico (Language Planning) e — Política Linguística (Language Policy) de forma distinta, outros preferem utilizá-las conjuntamente na expressão — Planejamento e Política Linguística (Language Planning and Policy). Há, ainda, pesquisadores que optam pelos termos — Engenharia Linguística (Language Engineering) e/ou — Tratamento Linguístico (Language Treatment) (CRYSTAL, 1992, p. 310-311).

Desta forma, este trabalho será pautado pela concepção ampliada de política linguística proposta por Spolsky (2004) e desenvolvida por Shohamy (2006, 2008). Os autores sugerem que uma política linguística pode existir independentemente de um agente que a promova explicitamente.

Sendo assim, as políticas linguísticas declaradas podem ser compreendidas como os esforços observáveis e explícitos realizados por alguém, ou por um grupo de pessoas que têm ou reivindicam autoridade sobre os participantes em um dado domínio, para modificar suas práticas e crenças (SPOLSKY, 2004, p. 13). Considerando esse pensamento, elas atuam na constituição daquilo que eles definem como ideologia consensual, isto é, a atribuição de valor positivo e prestígio a uma determinada língua (SPOLSKY (2004); SHOHAMY (2006, 2008).

Nas literaturas brasileiras, que tratam sobre o tema, é possível observar essa inconstância terminológica e é mais frequente a utilização da expressão — política linguística para designar o processo em sua totalidade, isto é, a política e o planejamento linguístico (SILVA, 2011, p. 17).

É importante ressaltar que, pelo exposto acima, fica clara a discordância dos autores referente à terminologia. Portanto, mesmo que esse consenso não exista, é preciso ter em mente que política linguística e planejamento linguístico são indissociáveis.

Por certo, Calvet (2007) afirma que políticas linguísticas são todas as determinações das grandes decisões referentes à língua e sociedade e, planejamento linguístico, a implementação das decisões determinadas nas discussões políticas. Em concordância com o autor, partimos do pressuposto de que os conceitos apresentados são indissociáveis, pois para a determinação de uma lei linguística, precisam ser estudados indivíduos e instituições vinculadas na elaboração e nas implementações destas normativas.

Ademais, para Cooper (1989, p. 45), a política linguística diz respeito às metas estabelecidas em nível local ou governamental para a língua ou para as línguas existentes em uma sociedade ou em um determinado contexto, enquanto planejamento linguístico refere-se aos processos de operacionalização de uma política linguística.

Já em uma indicação concisa e completa, Cooper (1989, p. 53), “definiu políticas linguísticas, ou planejamento da linguagem, como os esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros no que concerne à aquisição, estrutura ou alocação funcional de seus códigos linguísticos” (CARVALHO e SCHLATTER, 2011, p. 45).



Contribuindo para essa discussão, Calvet (2007) afirma que a política linguística se preocupa com as relações de poder existentes entre as línguas, ou mais propriamente, com as grandes decisões políticas, ou seja, as línguas e seus usos em sociedade, uma vez que as relações entre línguas e vida social, são ao mesmo tempo problemas de identidades de cultura, de economia, de desenvolvimento” (CALVET, 2007 p. 19).

A política linguística está na base da ação dos Estados a respeito das línguas, já que a presença e os usos das línguas em cada situação é uma questão política e, frequentemente, permeada de conflitos e negociações.

Seguindo o entendimento de Spolsky (2009), a política linguística é feita de escolhas, sejam elas relacionadas à língua que devem utilizar, considerando sempre um contexto multilíngue, ou concernentes à variedade/variante empregada em uma situação comunicacional não multilíngue.

O autor afirma que essas escolhas estão relacionadas a diferentes aspectos da língua como os sons, as palavras, as preferências gramaticais, níveis de formalidade da fala, por exemplo, e são realizadas de forma mais ou menos conscientes pelos falantes (SPOLSKY, 2004). Spolsky (2012) explica que essas práticas representam a política linguística real de uma comunidade de fala.

Portanto, com base nesse pensamento, podemos afirmar que a política linguística é um movimento contínuo, sustentado pela dinâmica do sujeito no diálogo, atravessando o tempo e a história e, eventualmente, ações e decisões tomadas sobre a língua, sobre seus usos e usuários estão bastante presentes na nossa vida cotidiana.

Os estudos pós-coloniais evidenciam que alguns países africanos e asiáticos sofreram um processo de descolonização, mas que ainda permanecem na lembrança a língua e a imagem do colonizador. Assim sendo, esse contexto atingiu no desvelamento do plurilinguismo e, conseqüentemente, despertou a necessidade de criar políticas linguísticas que venham a interferir no comportamento de uma língua.

Em outro posicionamento, Spolsky (2004) apresenta uma concepção de política linguística com a ideia de três componentes de relação mútua: as práticas de linguagem, as crenças e as ideologias sobre a linguagem, e as ações de administração e intervenção na linguagem, que podem ser compreendidas como políticas linguísticas praticadas, percebidas e declaradas. Entretanto, para que a política linguística tenha efeito, ela depende de planejamento linguístico, ou seja, depende de ações sistêmicas que envolvam todos os atores que fazem parte do processo.

Pensando nesse planejamento linguístico, ao qual nos propomos, com vistas ao fortalecimento da língua Khîsêjtê, apoiamo-nos no pensamento de Jahr (1997), para o qual o planejamento linguístico refere-se à atividade organizada privada ou oficial que busca resolver problemas linguísticos existentes no interior de uma determinada sociedade, geralmente em nível nacional.

Na visão de Spolsky (2009, 2012) o planejamento é nomeado de “gestão” e é definido como todos os esforços realizados por alguém, ou por um grupo, ou por um governo, enfim, por quem se julgue na autoridade de modificar as práticas ou as crenças dos participantes de um dado domínio social (família, escola, igreja etc.). Assim Spolsky (2004, p. 11) refere-se à gestão da língua como a “[...] formulação e proclamação de uma política ou plano explícito, usualmente, mas não necessariamente escrito em um documento formal”.

O autor ainda afirma que os estudos clássicos sobre política linguística tratam da relação entre a língua, seu uso, usuários e sua regulamentação pelo Estado, muitas vezes, com o interesse principal de resolver problemas de nações em desenvolvimento ou de preservar direitos linguísticos de determinados grupos e comunidades.

Desta forma, quando é utilizada a expressão política/planejamento linguístico, em concordância com Cooper (1989), não estou me referindo exclusivamente a empreendimentos ‘oficiais’, mas, sim, a um conjunto de intenções e modos de implementação dessas intenções que podem assumir formas localmente, de modo ‘caseiro’.

Seu objetivo é estabelecer normas primeiramente escritas, as quais são ratificadas por seu elevado *status* social; sucedem-se a elas normas de fala associadas a esses padrões. Observa-se que o foco da política linguística que permanece útil até hoje, são as políticas linguísticas de *corpus* e políticas linguísticas de *status*.

As políticas de *corpus* incidem sobre o assim chamado equipamento dos códigos linguísticos – literalmente, sobre o *corpo da língua*. Esta definição se restringe a um dos focos do planejamento linguístico, que é o *planejamento do corpus* da língua. Mesmo no caso de uma norma escrita relativamente consistente como o português, ajustes seguem sendo feitos, como é o caso das diversas reformas ortográficas e do próprio Acordo Ortográfico, todos exemplos de políticas linguísticas de *corpus*.

As crenças representam os valores conferidos às línguas, às variedades e às variantes linguísticas e ainda representam as crenças dos membros de uma comunidade sobre a importância desses valores. Além disso, políticas linguísticas não lidam somente com línguas e suas variedades, mas incluem os esforços para promover o que são vistas como boas ou más línguas e visam encorajar o uso daquelas consideradas adequadas.

Políticas de *status*, por sua vez, dizem respeito às funções das línguas nos seus âmbitos de uso. Uma língua pode ser veículo de interação apenas no âmbito familiar e comunitário, sem ter funções previstas no funcionamento de instituições e do Estado em

Deste modo, Spolsky (2009, p. 04) esclarece que “*status* de uma variante ou variedade deriva de quantas pessoas a usam e a importância de seus usuários, e os benefícios econômicos e sociais que um falante pode esperar usando-a”. O desejo de permanecer o *status* de uma variedade padrão daqueles que a usam e as funções para as quais é empregada é geralmente acompanhado por um desejo de manter a sua forma, ou seja, evitar mudanças no léxico, na gramática e na pronúncia. Fishman (2006) refere-se a isso como dimensão de pureza.

Esse mesmo autor (2009) discorre sobre cada um desses componentes, contudo, o mais forte de todos são as práticas. Uma ilustração para essa afirmação é o caso do irlandês, uma vez que na Irlanda, foi alçado ao *status* de língua oficial juntamente com o inglês, no entanto, na prática, poucos irlandeses atualmente falam essa língua.

Sendo assim, carecemos de dizer que esses elementos da proposta teórica de Spolsky não devem ser entendidos de forma isolada, mas, sim, como complementares pois “estudar um componente da política linguística em detrimento dos outros fornecerá uma visão muito incompleta e tendenciosa” (SPOLSKY, 2004, p. 04).

Com a finalidade de delinear de algum funcionamento das políticas linguísticas internas desenvolvidas pela comunidade indígena Khîsêjtê, em suas rotinas diárias, no próximo tópico, a partir do meu relato pessoal construído com base na convivência com o povo indígena Khîsêjtê, serão discutidas as asserções das diferentes políticas linguísticas existentes e praticadas.

## **Políticas e planejamentos linguísticos desenvolvidos pelo povo Khîsêjtê**

Ao iniciarmos este tópico, é importante retomarmos de forma sucinta como foi a implementação de uma série de medidas de um planejamento linguístico. Planejamento

que buscou expurgar do território nacional línguas que ameaçavam a unidade do Estado, uma política linguística imposta para o silenciamento das línguas indígenas brasileiras.

Destacamos que, neste trabalho, já estão presentes as principais políticas linguísticas das escolas indígenas, no capítulo três no subitem “Políticas Linguística para Educação Escolar Indígena”.

O período histórico de colonização dos indígenas no Brasil trouxe um sistema educacional de ensino mediado pelos padres jesuítas. Essa prática opressora, empregada neste período, marcou negativamente toda uma civilização e, principalmente, o desenvolvimento cultural do país. Os padres foram os responsáveis pelo surgimento de escolas em que o objetivo consistia apenas em ensinar a ler e contar.

Além disso, a pretensão maior visava o reconhecimento social na qualidade do ensino que ofereciam. Diante desse objetivo, até chegaram a oferecer centros de ensino com educação superior. Vale lembrar que os padres jesuítas tinham uma grande fé cristã e por mais ou menos duzentos anos eles foram os únicos educadores do país.

A partir da homologação da Constituição Federal de 1988, o sistema organizacional da educação ganhou novos direcionamentos, abandonando alguns traços pré-constituídos pelos padres jesuítas. No entanto, a implementação de um novo modelo educacional ocorreu lentamente.

Conforme Grupioni (2008), o modelo de escola diferenciada é implementado nas aldeias, a partir dos anos 1990, e passa a ser visto pelo Movimento Indígena como um espaço de resistência, um instrumento de luta e de afirmação da identidade, sempre ligada ao tema dos direitos e ao da demarcação de terras. A escola passa a ser um projeto não só de acesso aos conhecimentos acumulados pela sociedade, mas também de valorização das práticas tradicionais indígenas “respondendo ao desejo de comunidades indígenas de qualificarem seus membros para uma relação menos desigual e exploratória com segmentos da sociedade envolvente” (GRUPIONI, 2008, p. 171).

Considerando a escola como um espaço aberto de livre expressão do pensamento, os indígenas têm alcançado a construção e o fortalecimento da língua e da cultura na escola.

Assim, ao pensarmos na elaboração de um planejamento linguístico em contexto indígena, é necessário considerar as suas necessidades distintas, uma vez que estão pautadas na cultura indígena, na identidade, nas tradições, nos modos de viver da comunidade, no contato diário da língua com os grupos sociais dentro da aldeia e na variação dialetal da linguagem presente em cada nível linguístico. Dito isso, construir um planejamento pensado localmente, considerando os vários sujeitos falantes é um caminho produtivo no fortalecimento e desenvolvimento da língua.

Partindo desse pensamento, não há como falar em um único modelo de política linguística, um modelo comparável ao assimilacionista do período colonial, em que atuaram os missionários jesuítas, cujo “objetivo era construir um universo de conceitos cristãos adequando o léxico indígena” e onde “termos enraizados nas tradições religiosas andinas são silenciados, porque são objeto de erradicação como parte das idolatrias” (ALFARO, 2001, p. 35).

De acordo com Spolsky (2004, 2009, 2012) e Johnson (2013), não possuir um único modelo possibilita perspectivas inovadoras de análise que não se limitam às políticas oficiais crescidas na esfera das instâncias governamentais, mas também possibilita a análise das crenças e das práticas das políticas linguísticas desde a sua criação até a sua interpretação, implementação e instanciação da política linguística oficial. É difícil compreender políticas e planejamentos linguísticos distantes dos contextos sociais e históricos, nos quais são produzidos ou pensá-los à parte das condições sócio-históricas

e culturais, pois se inserem nas comunidades de falantes, quer estas se refiram a sociedades nacionais ou grupos locais.

Em consonância com Spolsky (2004), as ações em relação à língua como a implementação do ensino de um idioma ou a definição do reconhecimento do dialeto de um território são resultados de uma política linguística. O autor ainda destaca o papel das empresas e das famílias no sentido de fomentar a aprendizagem e o uso de uma determinada língua.

Consideramos que o planejamento linguístico tende a se preocupar com as ingerências sobre as línguas, ou seja, a criação de métodos de revitalização, fortalecimento e manutenção dessas línguas. A proposta que considera as línguas indígenas, entre suas prioridades, a construção da cidadania faz-se presente na maioria dos documentos oficiais, endereçados aos vários níveis do ensino. Meliá (1998, p. 30) observa, contudo, que “não é a escrita que vai salvar uma língua, mas que a sociedade que a fala continue falando”. A revitalização da língua através da escola é parcial e representa um retorno simbólico da língua indígena, não sendo garantia de uma revitalização plena em sua dimensão comunicativa (MAHER, 1996, p. 165).

Segundo Silva (2001), o desejável do ponto de vista da educação bilíngue intercultural, é gerar o intercâmbio recíproco de saberes, conhecimentos, técnicas, artes, línguas etc., sem discriminação, traduzido na igualdade de oportunidades. Propõe-se superar a tradição histórica das relações de exclusão, desigualdade, opressão e assimetria cultural e linguística que se acentuou desde a colônia, que se consolidou na República e ainda é vigente em nível social, cultural, linguístico, político e, sobretudo, econômico até os dias de hoje.

De modo geral, Fishman (1991) considera uma língua em perigo iminente de extinção quando ela não está mais sendo ensinada às crianças – a morte dos últimos falantes idosos, nesses casos, leva ao desaparecimento das línguas que se encontram nessas situações. Porém, isso não vai acontecer de forma casual; existem atrás disso, regras impostas para que a língua deixe de ser transmitida de uma geração a outra.

Maher (2010) afirma que a perda de uma língua indígena não pode ser atribuída a um único fator, já que ela sempre é consequência de um conjunto de circunstâncias sócio-históricas e culturais. Sendo assim, essa perda é resultado das relações de poder e as intenções políticas colaboram para morte dessa língua, a qual deixa de ser transmitida de uma geração a outra no seio das comunidades indígenas.

No Brasil, são exemplos de política linguística e de planejamento linguístico a imposição do português como língua oficial do país (e a conseqüente proibição do uso de línguas indígenas) por Marquês de Pombal durante o Período Imperial, assim como a proibição do uso de línguas estrangeiras por comunidades de imigrantes durante a Era Vargas (CAMPOS, 2006).

### **Ações de manutenção e fortalecimento da língua Khîsêjtê na escola: um relato de experiência**

A Escola Estadual Indígena Central de Educação Básica Khîsêjtê está localizada na Aldeia Khikatxi, no Território Indígena Wawi, anexo ao TIX, no município de Querência. A escola foi criada por meio do Decreto nº 7.999 publicado na página 01 do Diário Oficial do Estado do Mato Grosso, em 17 de agosto de 2006.

Atualmente, a escola não possui um prédio próprio e adequado para o desenvolvimento das suas atividades. São quatro salas de aulas: duas salas improvisadas em um espaço cedido pela comunidade indígena, com a estrutura da construção

tradicional circular, sem paredes e de chão de terra batida e telhado coberto com palha de buriti.

As outras duas salas ficam no auditório da Associação Indígena Khĩsêtjê/AIK, uma construção nova e moderna, onde se encontram também os banheiros sanitários e a cozinha utilizados pela escola. É importante ressaltar que esse espaço pertence à Associação Indígena Khĩsêtjê/AIK e foi cedido temporariamente para o uso da escola.

A escola possui duas salas anexas nas aldeias Nghôsoko e Roptotxi. Atualmente, a escola atende 267 alunos indígenas, incluindo os alunos das salas anexas, que são distribuídos da seguinte forma: 150 do ensino fundamental I, do 1º ao 5º ano; fundamental II, do 6º ao 9º ano; e ensino médio com quatro turmas de 1º ano, num total de 117 alunos. Faz-se necessário destacar que todas as turmas do ensino fundamental, tanto na escola como nas salas anexas, são turmas multisseriadas.

As escolas indígenas integram as disciplinas da área denominada Ciências e Saberes Indígenas, contemplando as quatro disciplinas da parte da diversidade como: Práticas Culturais e Sustentabilidade, Práticas Agroecológicas e Tecnologia Indígena e Língua Materna, estando em consonância com o Decreto Presidencial nº. 6.861/2009 que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais e de outras providências, assegurando também o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena.

Para o povo Khĩsêtjê é muito significativo ter acesso à educação escolar indígena em seu território, pois isso permite à comunidade condições distintas de aprendizagem, permanência na escola e a valorização da sua cultura.

É importante destacar que nas legislações específicas para educação escolar indígena consta o direito a qualificação para os professores nativos, porém a realidade é bem diferente. Um exemplo está nas diretrizes que garantem uma formação específica para o professor indígena, no entanto, o quadro de professores da escola Khĩsêtjê é constituído por 10 professores, sendo eles: dois professores com ensino superior e os demais têm o magistério ou somente o ensino médio. Somente uma mulher com 26 anos de idade é que faz parte desse grupo de professores. Acredito que seja pelo fato das mulheres se dedicarem aos cuidados com a família.

Já o ensino médio foi implantado na escola no ano de 2020, e por exigência da própria comunidade somente professores com ensino superior lecionam para as turmas do 1º ano. Pela falta de formação vieram para comunidade dois professores não indígenas, a terceira é indígena, porém, da etnia Karajá e somente um professor indígena da própria comunidade, também graduado, trabalhando com as disciplinas indígenas específicas.

A gestão escolar vem articulando formas junto com as lideranças da comunidade para seus professores iniciarem o curso superior. No momento dois professores estão estudando; um está na graduação e outro na pós-graduação, o motivo dessa articulação é que em algum momento durante esse percurso acadêmico, se o professor precisar de auxílio financeiro a comunidade terá que arcar com esses custos.

Para essas despesas de interesse do coletivo foi criado um fundo financeiro no qual toda comunidade contribui mensalmente e é utilizado para casos emergenciais como: educação, saúde e infraestrutura. Mesmo com toda essa organização não é possível que vários professores indígenas consigam se especializar e retornar para comunidade com esse conhecimento e assim manter a sua língua viva, esse é um dos grandes desafios de toda a comunidade.

Em conversas informais com a gestão escolar, era claro o grande objetivo da escola dentro da comunidade, posto que a escola contribui na formação dos jovens Khĩsêtjê, de acordo com os valores e princípios éticos da sociedade indígena, fortalecendo



o aprendizado da língua Khîsêjtê, considerando que, atualmente, os jovens não estão passando pela reclusão na casa dos homens.

Alguns dos princípios não estão sendo mais repassados, infelizmente. Pontuamos que é necessário conhecer as histórias, pois em alguns casos a única herança cultural estão armazenadas em gravações em vídeo, gravações essas que fazem parte de um projeto de um professor indígena que tem por objetivo futuro a criação de materiais didáticos específicos na língua Khîsêjtê e também documentar essas histórias, como por exemplo, os cantos, que para os Khîsêjtê tem um significado muito expressivo dentro da cultura, desempenhando inúmeras funções, como quando um caçador voltava do mato trazendo consigo uma caça muito grande e por meio de um canto próprio avisava a comunidade. Esse é um dos vários exemplos de cantos que não estão sendo usados e nem ensinados, dessa forma ele vem buscando alternativas de registrar esses cantos que são tão importantes como marca de identidade.

O projeto vem sendo desenvolvido por meio de entrevistas com os anciões e especialistas. Inclusive, ele usa destas informações em sala de aula, principalmente com os alunos das séries iniciais, pois o professor afirma que eles são o futuro da comunidade. Essas narrativas fazem com que essas crianças conheçam sua cultura e sintam amor e respeito por ela.

Fishman (1991) considera que uma língua corre perigo de extinção quando ela não está mais sendo ensinadas às crianças e quando ocorre a morte dos últimos falantes idosos, nesses casos, leva ao desaparecimento das línguas que se encontram nessas situações.

Iniciavam as aulas, todos prestando atenção no professor falando na língua materna. Por muitas vezes, me pegava parada por um bom tempo, observando a concentração dessas crianças, atentas à aula, aos professores e aos conteúdos na língua materna. As aulas não são somente baseadas em cópias ou leituras, têm dança, brincadeiras, desenhos e pinturas, tudo no contexto da cultura e valorizando a língua materna deles.

Já no ensino médio havia uma média inicialmente de 120 alunos, de idade entre quinze e cinquenta e um anos, com mais de 70% sendo do sexo masculino, no entanto, o ano letivo se encerrou com 80 alunos. Muitas das desistências se deram pelo período da pandemia, pois os alunos faziam parte do GT – Grupo de Trabalho contra a Covid-19, outras eram mulheres que não conseguiram conciliar a rotina escolar com os cuidados com a família. Houve casos de desistências por parte de alguns alunos que não conseguiam compreender a língua portuguesa.

Muitos alunos do ensino médio já estavam fora da escola há mais de dez anos, outros fizeram uma prova para concluir o ensino fundamental. Desta forma, os níveis de conhecimento entre eles eram díspares. Com relação à língua materna, todos falavam com fluência, inclusive, já na língua portuguesa alguns alunos tinham dificuldades na pronúncia. Por esse motivo, poucos participavam das aulas por vergonha, em muitos momentos, durante os dias letivos, era preciso solicitar a presença do diretor ou coordenador como intérprete para conseguir dar continuidade às aulas.

Com o passar dos meses, e com uma intimidade maior com a turma, comecei a perceber quem dominava melhor a língua portuguesa e os conteúdos, para traduzirem para o restante da turma.

Existem outras línguas indígenas que são faladas na comunidade, isso se dá pelo fato dos casamentos multiétnicos, esses casamentos acontecem muito entre as indígenas pertencente ao TIX. Sendo assim, é possível nos depararmos com indivíduos que só falam a língua materna, alguns de outras etnias que só falam a língua portuguesa e outros ainda que são bilíngues.

Os homens adultos e jovens são bilíngues na língua materna-português, no entanto, muitos homens mais velhos não possuem léxico significativo de palavras na língua portuguesa. Os jovens do sexo feminino e masculino são bilíngues, acredito que por conta da tecnologia (celulares, televisão etc.) se comunicam na língua portuguesa com mais clareza.

Quanto às mulheres adultas, 60% delas não se expressam na língua portuguesa, algumas até compreendem, mas não falam o português, somente a língua materna. Sendo assim, são poucas as mulheres bilíngues. Observei também que 80% das crianças de até oito anos são monolíngues na língua materna, as demais já são bilíngues.

### **Considerações finais**

Ao longo desta trajetória pude conviver por nove meses contínuos com o povo Khĩsêjtê, fazendo parte da comunidade como moradora da aldeia Khikatxi e professora da escola indígena Khĩsêjtê. Participei ativamente da rotina diária desse povo, vivendo no lugar de memória onde a vida deles se constrói. Sentir essa realidade no ambiente escolar da aldeia me proporcionou conhecer um pouco mais das trajetórias de vida e do universo cultural indígena em que estão inseridos. Esta convivência me permitiu ampliar imensamente a visão de mundo, sensibilidade e respeito aos povos originários.

Assim, pude perceber, ao longo do processo de observação e vivência, um modo de resistência e garantia de sobrevivência da língua, frente às questões contemporâneas de globalização e expansão, tanto das cidades, quanto da exploração dos recursos naturais, por onde permeiam, tanto a língua, quanto o próprio povo indígena. Sobretudo, a preservação desse povo, em relação à sua própria língua, é, também, uma preservação do lugar onde vivem, plantam, colhem e sobrevivem e mantêm suas tradições.

Espera-se que essa pesquisa venha ser útil para provocar o desejo em outros pesquisadores de darem continuidade a pesquisas da mesma natureza que esta, nesse sentido o trabalho já foi válido. Foi possível observar que a língua portuguesa não ocupa os domínios sociais dentro da aldeia, pois o que predomina é a língua Khĩsêjtê.

A Educação Indígena ocorre na coletividade da comunidade e demanda a preservação da identidade étnica e cultural do seu povo. O povo Khĩsêjtê não dispensa a importância da educação escolar não indígena e afirma que, a partir do contato mais próximo entre índios e não índios e as mudanças que esse contato proporciona, principalmente, para os povos indígenas, é preciso que os alunos indígenas que não estão na cidade aprendam também os conteúdos das escolas não indígenas. As políticas linguísticas internas, ou seja, já desenvolvidas na própria comunidade, ganham sustentabilidade nos projetos extraescolares que têm como função a mobilidade cultural e o uso da língua materna. É uma das formas de se opor concretamente ao desaparecimento da sua língua materna e dos saberes nela registrados. É fazer frente, com muita decisão e muito compromisso, à perda dos espaços discursivos para a língua portuguesa, garantindo, para essa língua, funções sociais relevantes e prestigiosas na comunidade e na escola.

Dessa forma, faz-se necessária a efetivação de estudos sobre a situação sociolinguística da comunidade, buscando identificar quais são as fragilidades da língua. Assim sendo, evidenciamos que as políticas linguísticas se vinculam inteiramente ao fortalecimento das práticas culturais, com o envolvimento dos anciões e lideranças, tornando possível a reconstituição de espaços culturais de produção cultural e de saberes.

Assim, desenvolver a escrita em língua indígena é uma forma importante e fundamental para uma política de resistência da língua indígena frente às pressões da



língua oficial em diferentes direções e contextos, uma vez que “a língua é atravessada pela política, pelo poder, pelos poderes” (FIORIN, 2009, p. 164), e essa dimensão confere aos “usuários” da língua prestígio, identificação e pertencimento.

## REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas**: proibição do falar alemão e resistência no Sul do Brasil. Campinas, Editora da Unicamp, 2006.
- CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética**. Tradução e adaptação [da 2ª ed. inglesa ver. e ampliada, publicada em 1985], Maria Carmelita Pádua Dias, Rio de Janeiro: José Zahar Ed., 2000.
- FIORIN, J. L. **Língua, discurso e política**. *Alea*, v. 11, n. 1, p. 148-165, jan./jun. 2009.
- FISHMAN, Joshua A. **Reversing language shift**: theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages. *Bristol: Multilingual Matters*, 1991.
- GRUPIONI, Luís D. B. (Org.) **A educação escolar indígena**. In: RICARDO, C. A. (Ed.). Povos indígenas do Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996-2000.
- MAHER, Terezinha de Jesus Machado. **Políticas linguísticas e políticas de identidade**: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia Ocidental Brasileira. In: *Currículo sem fronteiras*, v. 10, n. 1: 33-48, 2010.
- MELIÁ, Bartolomeu. Palabra vista, dicho que no se oye. In: LÓPEZ, L. E.; JUNG, I. (Orgs.). **Sobre las huellas de la voz** – sociolingüística de la oralidad y la escritura em su relación com la educación. Madri: Ediciones Morata, 1998.
- SPOLSKY, Bernad. Language policy: key topics In: **Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge, 2004.

---

### Como citar este trabalho:

SILVA, G. C. da; CRUZ, M. C. da. Políticas linguísticas de manutenção e fortalecimento da língua khîsêjtê. **Traços de Linguagem**, v. 6, n. 1, p. 39-54, 2022.

---